





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE GABINETE DA PRESIDENCIA

III - Avaliar a realidade socioeconômica das famílias das pessoas mencionadas no inciso I;

IV - Aprimorar o planejamento das políticas públicas municipais voltadas à inclusão e assistência das pessoas neurodivergentes e suas famílias;

V - Garantir a inclusão social e a defesa dos direitos das pessoas neurodivergentes.

### TÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

**Art. 3º** A responsabilidade dos órgãos públicos vinculados à Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste fica assim determinada:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Coordenar a execução do Censo e a análise dos dados coletados;
- b) Garantir que os dados levantados subsidiem políticas públicas assistenciais;
- c) Capacitar assistentes sociais e outros profissionais para a abordagem familiar adequada.

II - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Disponibilizar equipes multidisciplinares para assessorar a coleta e interpretação dos dados;
- b) Assegurar que a execução do Censo não envolva diagnóstico médico por agentes não habilitados;
- c) Determinar que os agentes comunitários de saúde e guardas de endemias, quando da execução de suas atividades domiciliares, façam a coleta in loco dos dados, previamente orientados por assistentes sociais e médicos;
- d) Respeitar a Lei Federal nº 11.350/2006, restringindo os agentes comunitários de saúde à orientação e encaminhamento, sem atribuições médicas ou terapêuticas.

III - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Identificar alunos neurodivergentes matriculados na rede pública e suas necessidades educacionais;
- b) Garantir que os dados coletados subsidiem políticas de inclusão escolar, conforme a Lei nº 9.394/1996.

IV - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:

- a) Disponibilizar suporte técnico para a gestão e cruzamento dos dados do Censo;
- b) Auxiliar na captação de recursos junto aos governos estadual e federal para a implementação das políticas públicas.

Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº 1280 – Centro  
Caixa Postal nº. 35 - CEP 76.861-000 – Itapuã do Oeste – (RO)  
e-mail: [admincamara@camaraitapuadooeste.com](mailto:admincamara@camaraitapuadooeste.com)  
site: [www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br](http://www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br)





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE GABINETE DA PRESIDENCIA

## TÍTULO IV

### DA PERIODICIDADE E METODOLOGIA

**Art. 4º** O Censo será realizado inicialmente em até 6 (seis) meses após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2026, desde que não coincida com ano eleitoral, e posteriormente a cada 4 (quatro) anos, obrigatoriamente não coincidindo com ano eleitoral, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§1º A coleta de dados será feita por profissionais habilitados, sendo vedado o envolvimento de voluntários sem qualificação específica.

§2º A abordagem será feita por meio de entrevistas presenciais ou formulários digitais, respeitando a autonomia das famílias.

§3º É vedada a exigência de laudo médico para inclusão no Censo, podendo ser registrada apenas a percepção da neurodivergência com base no relato da família ou do próprio indivíduo, devidamente atestado por profissional qualificado.

**Art. 5º** O Censo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes dados:

- I - Informações pessoais: nome, idade, gênero e endereço;
- II - Diagnóstico clínico (caso haja laudo emitido por profissional médico) e nível de suporte necessário (leve, moderado, severo);
- III - Indícios visuais e comportamentais detectados pelos agentes responsáveis pela realização do Censo e informações prestadas pelos pais ou responsáveis legais;
- IV - Acesso aos serviços de saúde (terapias, atendimento psicológico, consultas médicas);
- V - Situação educacional (matrícula em escolas regulares, inclusivas ou especializadas);
- VI - Necessidades de transporte e acessibilidade urbana;
- VII - Condição socioeconômica familiar;
- VIII - Acesso a benefícios sociais e direitos garantidos por lei;
- IX - Outras informações que se mostrem necessárias à implementação de políticas públicas.

§1º. A Secretaria Municipal de Assistência Social elaborará o questionário com os dados específicos mencionados e fornecerá aos agentes públicos responsáveis pela coleta in loco.





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE GABINETE DA PRESIDENCIA

§2º. Os profissionais responsáveis pela coleta in loco dos dados encaminharão os questionários com as informações coletadas à Secretaria Municipal de Assistência Social.

## TÍTULO V

### DA PROTEÇÃO DE DADOS

**Art. 6º** Todos os dados coletados estarão protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), garantindo:

- I - Sigilo das informações pessoais, vedada sua divulgação sem consentimento;
- II - Uso exclusivo para a formulação de políticas públicas, proibida a utilização para qualquer outro fim;
- III - Armazenamento seguro das informações, com protocolos que garantam sua integridade e proteção.

## TÍTULO VI

### DA CAPACITAÇÃO DOS AGENTES

**Art. 7º** A Prefeitura Municipal promoverá cursos de capacitação para os profissionais envolvidos no Censo, abrangendo:

- I - Abordagem ética e humanizada das famílias;
- II - Direitos das pessoas neurodivergentes e políticas públicas existentes;
- III - Aspectos técnicos de coleta e tratamento de dados, conforme a LGPD.

§1º O município poderá firmar parcerias com entidades e associações locais para auxiliar na capacitação e na coleta de dados.

## TÍTULO VII

### DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº 1280 – Centro  
Caixa Postal nº. 35 - CEP 76.861-000 – Itapuã do Oeste – (RO)  
e-mail: [admincamara@camaraitapuadooeste.com](mailto:admincamara@camaraitapuadooeste.com)  
site: [www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br](http://www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br)





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE GABINETE DA PRESIDENCIA

**Art. 8º** A Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste promoverá a divulgação e transparência dos dados consolidados do Censo, respeitando as seguintes diretrizes:

§1º O relatório consolidado do Censo será disponibilizado em formato público e acessível, com dados anonimizados, respeitando o sigilo individual das informações.

§2º A Prefeitura deverá promover campanhas informativas para conscientizar a população sobre a importância da participação no Censo.

§3º Fica estabelecida a obrigatoriedade de o Poder Executivo Municipal apresentar relatório resumido da pesquisa censitária à Câmara Municipal, descrevendo faixa etária, cor, condição social, quantidade de laudos neurológicos encontrados e demais informações colhidas in loco.

## **TÍTULO VIII**

### **DO FINANCIAMENTO**

**Art. 9º** O Censo será financiado por:

- I - Recursos orçamentários municipais previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II - Convênios com governos estadual e federal;
- III - Parcerias com universidades e instituições especializadas, desde que respeitada a privacidade dos dados.

## **TÍTULO IX**

### **DO MONITORAMENTO E REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Art. 10** Após o primeiro ciclo de coletas de informações consolidadas pelo Censo, a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste realizará o planejamento, monitoramento e revisão das políticas públicas, devendo observar:

§1º Com base nos dados levantados, a Prefeitura deverá elaborar um Plano Municipal de Ação para Pessoas Neurodivergentes, atualizado a cada 4 (quatro) anos.

§2º Esse plano deverá incluir metas e indicadores para medir o impacto das políticas públicas no atendimento dessa população.

Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº 1280 – Centro  
Caixa Postal nº. 35 - CEP 76.861-000 – Itapuã do Oeste – (RO)  
e-mail: [admincamara@camaraitapuadooeste.com](mailto:admincamara@camaraitapuadooeste.com)  
site: [www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br](http://www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br)





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE GABINETE DA PRESIDENCIA

§3º Deverá ser constituída comissão para elaboração do plano de ação, com participação de:

- I - Associações de Mães de Autistas e de Neurodivergentes e demais entidades correlatas;
- II - Representantes da Câmara Municipal de Vereadores;
- III - Representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde;
- IV - Representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde;
- V - Representantes de instituições religiosas.

## TÍTULO X

### DA CARTEIRA MUNICIPAL DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DOENÇAS OCULTAS

**Art. 11** Fica instituída e autorizada a emissão da Carteira Municipal da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e doenças ocultas (CMPTEA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Município de Itapuã do Oeste, que será disponibilizada juntamente com o Cordão de Girassol/Cordão Quebra-Cabeça.

**Art. 12** A pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, conforme a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e a Lei Federal nº 14.624, de 17 de julho de 2024, que trata da identificação de pessoas com deficiências ocultas.

**Art. 13** Para fins desta Lei, fica designada a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) como órgão competente para:

- I - Expedir a CMPTEA, por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), devidamente numerada e de modo a possibilitar a contagem das pessoas com TEA no Município;
- II - Manter banco de dados com o quantitativo, nível do TEA (I, II e III) e perfil socioeconômico dessa população;
- III - Adequar sua estrutura para a expedição da CMPTEA, tanto na forma física quanto digital;
- IV - Realizar procedimentos orçamentários e financeiros necessários para emissão e manutenção da CMPTEA.

**Art. 14** A CMPTEA terá validade de 60 (sessenta) meses, devendo ser revalidada com o mesmo número de identificação e cadastro de controle.





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE GABINETE DA PRESIDENCIA

Parágrafo único. No caso de perda ou extravio da CMPTEA:

- I - Será emitida gratuitamente, mediante apresentação do respectivo boletim de ocorrência policial;
- II - Terá custo operacional para emissão, caso não seja apresentado o boletim de ocorrência.

**Art. 15** A primeira via da CMPTEA será expedida sem qualquer custo ao beneficiário.

- I - O documento poderá ser disponibilizado de forma digital, bem como todo o seu processo de requerimento inicial, sendo o CRAS responsável pela emissão da carteira física;
- II - Na impossibilidade de solicitação virtual, o requerimento deverá ser preenchido e assinado presencialmente pelo interessado, pais, responsáveis ou representantes legais;
- III - O requerimento, físico ou digital, deverá conter:
  - a) Dados do requerente: nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail;
  - b) Dados do beneficiário: nome completo, filiação, documento de identificação, foto 3x4, data de nascimento e laudo médico com CID.

§1º O laudo médico terá validade de 60 (sessenta) meses, conforme a Lei Estadual nº 4.991, de 20 de maio de 2021.

§2º Nos casos de imigrantes, será exigido documento de identificação migratória válido.

§3º O relatório médico deverá ser validado por neurologista e/ou psiquiatra.

**Art. 16** Verificada a regularidade da documentação, a SEMTAS expedirá a CMPTEA no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do requerimento.

**Art. 17** O Poder Executivo, por meio da SEMTAS, deverá divulgar amplamente o direito à CMPTEA e sua validade perante órgãos públicos e privados, utilizando inclusive plataformas digitais e redes sociais oficiais.

**Art. 18** Estabelecimentos públicos e privados poderão orientar seus servidores sobre a CMPTEA como meio de identificação de pessoa com TEA.

**Art. 19** Órgãos públicos municipais e estabelecimentos privados que prestem atendimento à população deverão adotar atendimento preferencial aos portadores da CMPTEA.





ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE GABINETE DA PRESIDENCIA

**TÍTULO XI**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20** O Poder Executivo poderá editar decretos complementares para regulamentar a aplicação desta Lei.

**Art. 21** O disposto nesta Lei Complementar não prejudica ou revoga o disposto na Lei nº 1.049/2023, que permanece integralmente em vigor, sendo aplicada de forma integrada às ações previstas nesta norma.

**Art. 22** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a serem implementados a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Art. 23** Revogam-se as disposições em contrário.

**Itapuã do Oeste/RO, 23 de julho de 2025.**

**VÂNIA ALVES SANTOS**

Presidente da Câmara Municipal





Município de Itapua do Oeste

63.761.936/0001-55  
Rua Ayrton Senna  
www.itapuadooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
AUTOGRAFO	049	27/08/2025

ID: 432592	Processo	Documento
CRC: 254929A0		
Processo: 0-0/0		
Usuário: ANDREYA NORONHA DA SILVA		
Criação: 27/08/2025 13:44:43	Finalização: 27/08/2025 14:02:23	

MD5: 802F78826B316A14117A93AEBA916E36
SHA256: B59AC27E71BBCEC1B3C9120F391BA49DD9B2FAE6BEBB243A0FD78AF1CDEC08CE

Súmula/Objeto:

Prezados, encaminho em anexo o projeto devidamente corrigido e apresento minhas desculpas pelo equívoco anteriormente cometido.

AUTOGRAFO 49 DO PL AGLUTINATIVO

INTERESSADOS

CAMARA MUNICIPAL DE ITAPUA DO OESTE	ITAPUA DO OESTE	RO	27/08/2025 13:59:45
-------------------------------------	-----------------	----	---------------------

ASSUNTOS

AUTOGRAFO	27/08/2025 13:45:24
-----------	---------------------

CIENTES

DIEGO EMANUEL FELIX DA SILVA	27/08/2025 14:09:46
RAIT MONTEIRO DE SOUZA	27/08/2025 15:57:51
JULIANO FRANCA MOURA JUNIOR	10/09/2025 13:34:58

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br](http://transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br) informando o ID 432592 e o CRC 254929A0.